

6º PLANO DE AÇÃO DE GOVERNO ABERTO NO ÂMBITO DA OGP
1ª REUNIÃO DE MONITORAMENTO DO COMPROMISSO 2 – DADOS PARA O ENFRENTAMENTO
COLETIVO DA CORRUPÇÃO

INFORMAÇÕES GERAIS DA REUNIÃO:

1. **Data:** 06.05.2024
2. **Local:** Reunião virtual –Aplicativo Microsoft Teams

PARTICIPANTES PRESENTES:

1. Controladoria-Geral da União (CGU)

- a. Pepe Tonin
- b. Otavio Neves
- c. Raquel Pereira
- d. Renata Figueiredo

2. Advocacia-Geral da União (AGU)

- a. Milena Luz Barbosa

3. Pacto Global da ONU - Rede Brasil

- a. Winnie Farias
- b. Chantal Castro

4. Ministério da Justiça e Segurança Pública - DRCI/SENAJUS/MJSP

- a. Maria Beatriz Amaro

5. Transparência Internacional – Brasil

- a. Renato Morgado

6. Transparência Brasil

- a. Marina Iemini Atoji

7. Ministério de Gestão e Inovação em Serviços (MGI)

- a. Pedro Henrique de Paiva Moreira da Silva

8. Equipe de Monitoramento

- a. Maria Valdênia Santos de Souza (CGU)
- b. Maíra Póvoa (CGU)
- c. Thalita Ary (CGU)
- d. Ellen Caroline Piedade Bandeira Rocha (CGU)
- e. Renan Perondi (Representante do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil/Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBCG)

- f. Carolina Palhares (Representante do Comitê Interministerial de Governo Aberto – CIGA/ Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO)

TÓPICOS ABORDADOS

- Apresentação sobre o processo de execução e monitoramento.
- Informes gerais.
- Revisitação dos marcos e seus respectivos prazos de execução.

DESENVOLVIMENTO

A reunião iniciou-se com a servidora Maíra Povoá, da equipe de Governo Aberto da Controladoria-Geral da União (CGU), dando boas-vindas e agradecendo o apoio e compromisso de todas as pessoas envolvidas na execução do Compromisso 2.

Em seguida, a equipe apresentou os principais aspectos do processo de monitoramento e da implementação do 6º Plano de Ação Nacional. Ressaltou o papel do coordenador de compromisso na condução da execução das atividades e a importância do preenchimento do Relatório de Status de Execução (RSE).

Informou que o processo de monitoramento prevê as seguintes etapas:

- a) Reunião de Execução do Compromisso:** realizadas para garantir a execução das ações do compromisso, dentro do prazo, sendo o coordenador responsável por sua organização.
- b) Relatórios de Status de Execução - RSE:** elaborados trimestralmente para dar transparência ao processo de execução do compromisso e fornecer informações para a produção do Relatório de Autoavaliação. O relatório é solicitado pela CGU e fornecido pelo coordenador, que conta com todo o grupo de execução para sua elaboração.
- c) Reuniões de Monitoramento para cada Compromisso:** tem o intuito de avaliar os avanços e desafios de cada marco do compromisso; confirmar as informações do RSE; e definir os encaminhamentos. A CGU é responsável pela organização trimestral desses encontros.
- d) Reunião de Coordenadores:** é uma oportunidade para discutir a metodologia de trabalho e de monitoramento do Plano; apresentar os resultados, avanços e desafios; e trocar experiências. Esses encontros são organizados semestralmente pela CGU e contam com a presença dos coordenadores de compromisso e equipe de monitoramento.
- e) Reunião com a Sociedade Civil:** busca apresentar resultados sobre a implementação do plano de ação e coletar comentários. A metodologia para realização dessas reuniões está em elaboração.
- f) Atualização Obrigatória:** tem o intuito de revisar o progresso do plano de ação, avaliar seu contexto operacional e considerar outras informações relevantes que podem influenciar a execução do

plano de ação no período restante de dois anos. A metodologia para realização dessa atualização está em elaboração.

- g) Relatório Final de Autoavaliação:** tem o objetivo de documentar o progresso geral do plano de ação com base nos RSEs e interlocução com a sociedade. O documento é elaborado pela equipe de da CGU, com base nas informações fornecidas pelos coordenadores de compromisso e na avaliação da equipe de monitoramento sobre a execução do plano.
- h) Mecanismo de Avaliação Independente – IRM:** é um órgão independente da OGP que fornece relatórios baseados em evidências e objetivos para responsabilizar os membros da OGP e apoiar os seus esforços de governo aberto. Ao longo do 6º Plano, serão elaborados dois relatórios. Os documentos são feitos a partir das informações apresentadas no site de governo e pela equipe de monitoramento; do relatório de autoavaliação e RSEs; e de entrevistas.

Destacou que, em qualquer tempo, a equipe de monitoramento poderá estabelecer contatos com a coordenação do compromisso e organizações envolvidas na execução, com o intuito de sanar dúvidas, solicitar participação em atividades que dizem respeito à temática ou afins. Do mesmo modo, a equipe da CGU poderá ser contatada no sentido prestar orientações quanto ao processo de execução e/ou monitoramento, bem como apoiar em questões pontuais que afetem a execução das atividades previstas. Após a apresentação do fluxo de monitoramento, os presentes puderam sanar dúvidas e compartilhar experiências relativas a alguns desses processos.

Terminadas as explicações, a equipe da CGU apresentou alguns informes aos presentes. Informou que a CGU está coordenando o Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 que tem o objetivo prioritário de “Contribuir para um mundo justo e um planeta sustentável por meio da promoção da integridade e de mecanismos anticorrupção”. O encontro do G20 acontecerá, em novembro de 2024, no Rio de Janeiro. Mais informações sobre este ponto estão disponíveis em: [G20 Brasil 2024 — Controladoria Geral da União \(www.gov.br\)](#) e [Presidência brasileira do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 inicia diálogo com sociedade civil — Agência Gov \(ebc.com.br\)](#).

A equipe da CGU também informou que está trabalhando na atualização da portaria de indicação dos representantes do CIGA para os ministérios que solicitaram alteração. A CGU, como órgão coordenador do CIGA, está em articulação constante com esse grupo para engajá-los no 6º Plano de em outros projetos relativos à temática de governo aberto. Todos os membros foram convidados a acompanhar a execução das ações dos compromissos. A composição atual do comitê pode ser vista em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/governo-aberto-no-brasil/comite-interministerial>

A equipe da CGU informou da realização do 5º encontro de governo aberto, nos dias 10 e 11 de abril, na cidade de Osasco/SP, ocasião em que foi lançada a Rede Brasileira de Governo Aberto. A Rede é uma articulação de representantes da sociedade civil, de órgãos governamentais e da academia para troca de experiências e fortalecimento dos debates e iniciativas de governo aberto no país. O evento reuniu cerca

de 250 participantes. Toda a programação está em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/eventos/5o-encontro-brasileiro-de-governo-aberto>

Por fim, foi informado que, nos dias 27 e 28 de maio será realizada uma atividade formativa (Diálogos virtuais sobre Governo Aberto) para servidores públicos federais, em celebração da Semana de Governo Aberto (Open Gov Week) período definido internacionalmente pela OGP.

A seguir, o coordenador do compromisso 2 e representante da CGU, Otávio Neves, compartilhou a experiência no preenchimento do Relatório de Status de Execução, ressaltando que não teve problemas com o preenchimento do formulário disponibilizado pela equipe de monitoramento para esta finalidade.

Na sequência, o representante da CGU, Pepe Tonin, apresentou o andamento das atividades do compromisso no período de janeiro a março de 2024.

Sobre o marco 1, destacou que foram estabelecidos submarcos para facilitar a execução do compromisso. Utilizaram a metodologia das 100 perguntas para identificação da demanda por dados e detalhou cada uma das ações a serem realizadas em cada etapa. Solicitou aos participantes do compromisso o preenchimento de uma planilha para identificação dos atores do ecossistema de dados de combate à corrupção. Também ressaltou que a execução do marco 1 será essencial para o desenvolvimento dos demais marcos.

O representante da Transparência Internacional Brasil, Renato Morgado, ressaltou que estão responsáveis pelo marco 3, que tratará da qualidade da abertura dos dados, porém a execução do marco necessitará dos resultados obtidos no mapeamento realizado no marco 1.

Ao final, Pepe Tonin informou que as reuniões de execução foram realizadas e os atores estão colaborando com o processo de execução.

Encaminhamentos

- Preenchimento colaborativo da planilha de ecossistema de dados **até 26/05**.
- A próxima reunião de monitoramento ficou agendada para o **dia 02 de julho, às 15h**.

ACOMPANHAMENTO

MARCOS	DATA PREVISTA DE CONCLUSÃO	AJUSTE DE DATA DE CONCLUSÃO	RESPONSÁVEIS	OBSERVAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS
Marco 1 – Mapear demandas: 1) Identificar atores relevantes / interessados da sociedade/ do governo e seus papéis;2) Levantar perguntas que atores querem responder;3) Priorizar perguntas;4) Identificar dados e	outubro/24		CGU* TI Brasil IBRACEM	Foi desenvolvida uma metodologia específica para a realização do mapeamento, mas a sua validação depende de uma análise maior do grupo do compromisso. Encaminhamento: A planilha de ecossistema de dados foi encaminhada aos participantes do compromisso, que devem fazer suas contribuições até o dia 26 de maio.

informações existentes e necessários (para responder as perguntas prioritizadas)				
Marco 2 – Catalogação de dados estratégicos para o enfrentamento da corrupção	dezembro/25		CGU* MJSP IBRACEM	<p>As atividades estão em fase inicial e sendo discutidas pelos executores do marco. Em breve, serão compartilhadas com todos os integrantes do compromisso.</p> <p>A identificação dos dados e informações existentes e necessários para responder às perguntas (realizados no marco 1) é passo fundamental para a catalogação inicial das bases de dados estratégicas para o enfrentamento da corrupção. Nesse sentido, o desenvolvimento do Marco 1 é etapa fundamental do marco 2.</p>
Marco 3 – Realizar e divulgar diagnósticos periódicos da qualidade dos dados mapeados e priorizados como estratégicos que estejam disponíveis	Junho/2025; e Junho/2027		TI Brasil* CGU Transparência Brasil	A execução do marco necessitará dos resultados obtidos nos marcos 1 e 2.
Marco 4 – Plano de abertura e melhoria de dados estratégicos do governo federal para o enfrentamento da corrupção	Dezembro/2025		CGU* MGI Transparência Brasil IBRACEM TI Brasil	Em função do prazo de execução, o marco não foi objeto de discussão.
Marco 5 – Programa de divulgação, capacitação e sensibilização da sociedade e do setor privado quanto aos dados estratégicos	Junho/2027		Pacto Global* CGU Transparência Brasil Ethos	Em função do prazo de execução, o marco não foi objeto de discussão.
Marco 6 – Programa de capacitação e sensibilização dos gestores da administração pública para a gestão de dados	Junho/2027		CGU* MJSP MGI Ethos	Em função do prazo de execução, o marco não foi objeto de discussão.

Marco 7 – Ação de incentivo ao cadastramento de reúso dos dados	Dezembro/2024; Dezembro/2025; e Dezembro/2026		CGU* Transparência Brasil	Em função do prazo de execução, o marco não foi objeto de discussão.
---	---	--	---------------------------------	--

*Coordenadores do marco.